

Resumo de notícias econômicas

21 de Setembro de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 178

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 21 SETEMBRO DE 2021

Crise de gigante da China derruba Bolsas e atinge o Brasil

O Estado de S. Paulo

Com a perspectiva cada vez mais próxima de um calote da gigante do setor imobiliário chinês Evergrande, os mercados no mundo tiveram ontem um dia marcado por expressivas quedas e pelo temor de uma crise financeira global. A Evergrande tem dívidas de mais de US\$ 300 bilhões (ou R\$ 1,6 trilhão, no câmbio de ontem). A percepção é de que o iminente colapso da segunda maior incorporadora da China indica um sinal de desaceleração da economia do país asiático, que tem no mercado imobiliário um de seus principais motores. Para o Brasil, o reflexo maior é no setor de commodities, principalmente minério de ferro, que tem a China como a maior importadora. Ontem, o preço do minério de ferro se desvalorizou quase 9%. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa brasileira (B3), que na semana passada já havia tido quatro fechamentos em queda, caiu 2,33%, para 108.843,74 pontos, o menor nível em quase dez meses. As ações da Vale, maior mineradora do País, se desvalorizaram 3,30%.

Com a perspectiva mais concreta de um calote da gigante do setor imobiliário chinês Evergrande, os mercados no mundo tiveram um dia marcado por expressivas quedas e o temor de uma crise financeira global. A percepção é de que o iminente colapso da segunda maior incorporadora da China é um sinal de desaceleração da economia chinesa, que vinha desafiada pelo contexto da pandemia de covid-19. A Evergrande tem dívidas de mais de US\$ 300 bilhões (ou R\$ 1,6 trilhão, no câmbio de ontem) e viu suas ações caírem para o menor nível em 11 anos.

Como o mercado imobiliário é um dos principais motores da economia chinesa, com uma participação de quase um quarto do PIB. O Ibovespa que na semana passada já havia tido quatro fechamentos em queda, despencou 2,33%, aos 108.843,74 pontos, o menor nível em quase 10 meses – desde 23 de novembro. No mês, as perdas são de 8,37% e, no ano, de 8,55%. No câmbio, o dólar foi pressionado e subiu 0,93%, cotado a R\$ 5,3312.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em queda de 1,78%; o S&P 500, de 1,70%; e o Nasdaq, de 2,40%. Na Europa, a Bolsa de Londres recuou 0,79%; Frankfurt, 2,31%; e Paris, 1,74%. A Bolsa de Hong Kong fechou em baixa de 3,3%, enquanto os mercados acionários da China, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan não operaram em razão de feriados.

Para o Brasil, o reflexo maior é no setor de commodities, principalmente minério, que tem a China como a maior importadora. O minério de ferro desvalorizou 9% , descendo a US\$ 92,98 por tonelada. A série negativa foi iniciada no dia 8 e agravada a partir do dia 16, refletindo a piora de percepção sobre o país asiático, debilitado por iniciativas regulatórias restritivas em setores como o do aço. As ações da Vale (VALE3) caíram 3,30%, e as da Companhia Siderúrgica Nacional (CSNA3), 3,09%. Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 1,06% e 1,12%.

Outro impacto para o Brasil é a ameaça de perder investimentos. Roberto Motta, chefe da mesa de derivativos da Genial, considera o risco de que o colapso da Evergrande reduza o fluxo de recursos de investidores estrangeiros para os países emergentes, entre eles o Brasil, que ainda tem a crise política e o risco fiscal a resolver.

A Evergrande foi influenciada pelo boom imobiliário na China, mas não consegue entregar os imóveis para os clientes, o que tem multiplicado as ações judiciais contra a companhia. A empresa já avisou aos credores que não conseguiria cumprir os pagamentos de juros da dívida com vencimento ontem. A Capital Economics diz, em relatório, que as repercussões do “caso Evergrande” para o resto do mundo estão crescendo, mas avalia que a turbulência ainda não chegou à escala de “sustos” anteriores na China, como a guerra comercial com os Estados Unidos em 2018 e 2019 ou a desaceleração da economia do país asiático em 2015 e 2016. A agência de risco S&P Global Ratings afirma que um eventual calote não gerará uma onda de falências nem terá repercussões leves: gerará uma situação intermediária.

Os novos indícios de dificuldade da gigante chinesa colocaram em pauta se haveria o risco de uma eventual quebra provocar o mesmo efeito do colapso do Lehman Brothers na crise de setembro de 2008, que em efeito dominó levou o mundo a uma crise financeira profunda e duradoura. A maior parte dos analistas descarta esse risco porque acredita numa intervenção do governo chinês. Na visão de Fábio Bergamo,

diretor da JLP Asset Management, os problemas financeiros da Evergrande vão afetar detentores de títulos de dívidas corporativas espalhados pela China e por outros países. O grande peso, avalia, será sobre os bancos credores chineses, fornecedores locais de materiais de construção e cerca de 1,5 milhão de cidadãos que compraram imóveis na planta. Não ruiu a confiança dos analistas em relação ao governo chinês ainda. “Pequim apoiará o que for necessário para evitar o envio de ondas de choque através de seu sistema financeiro”, avalia Edward Moya, analista de mercado da OANDA em Nova York.

A onda de aversão a ativos de risco desencadeada pelo caso chinês vem na semana que terá a “Super Quarta”, com decisões de política monetária no Brasil (Copom define nova Selic) e nos Estados Unidos (o banco central americano, o Fed, pode definir a retirada de estímulos na economia) – o que reforça a apreensão e a cautela no mercado brasileiro.

Indústria do Brasil vai de 9ª para 14ª no mundo e cairá mais

No pós-pandemia, fábricas voltam a regiões desenvolvidas, e País perde ainda mais importância na cadeia de produção global

Broadcast

Nos últimos 15 anos, a indústria brasileira foi da 9.ª posição, entre as maiores do mundo, para a 14.ª No mesmo período, a participação do País na manufatura global caiu quase pela metade: de 2,2% para 1,3%, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Entre outros problemas, duas crises fortes e sequenciais – a de 2015/2016 (do governo Dilma) e a de 2020 (da pandemia) –, ceifaram empregos, lançamentos, inovação e investimentos, que de tão pequenos foram incapazes de repor a depreciação das fábricas. Com menos força, o valor que adicionam à economia encolheu 1,5% ano após ano, entre 2005 e 2020.

Parte considerável dos países emergentes foi na direção oposta, como mostra o amplo estudo do Iedi. Agora, o pós-pandemia tende a agravar a situação, com as nações desenvolvidas trabalhando para levar a indústria de volta a seus territórios.

“Em poucos meses, a pandemia criou um pandemônio em toda a cadeia global de produção, logística e comércio”, diz Glauco Arbix, coordenador da área de

humanidades do Centro de Inteligência Artificial da USP. “As grandes economias perceberam a importância de ter fábricas perto do consumidor, para depender menos da logística globalizada.”

A resposta das grandes potências, diz Rafael Cagnin, economista do Iedi, foi rápida. A estruturação dos planos de Biden, nos EUA, o de recuperação da União Europeia e o quinquenal de crescimento da China, com ações práticas, detalhadas – e um volume gigantesco de dinheiro –, reforçou o dinamismo econômico do hemisfério Norte, que tende a ganhar musculatura e a dar um novo salto. “Longe geograficamente desse eixo econômico dinâmico, todo o restante do mundo é coadjuvante, inclusive o Brasil e a América Latina”, diz Cagnin. “Nessa nova realidade, ser um mercado potencial não basta: é preciso concretizar e tornar realidade a promessa.”

O fechamento de fábricas de multinacionais no País em plena pandemia é um dos sinais dessa mudança de eixo e dessa espécie de “cansaço” – e o reposicionamento das cadeias globais. Para ficar em alguns exemplos, encerraram linhas de montagem no Brasil Ford, Mercedes-Benz, LG e Sony.

“A pandemia só reforçou um movimento dos últimos dez anos, de recalibragem do processo tecnológico, que é a essência da indústria 4.0, com a modernização de todas as atividades econômicas”, diz Cagnin.

Com a mudança estrutural, dizem os especialistas, o risco é a manufatura brasileira passar de pequena para totalmente irrelevante. Ao se tornar ainda mais suscetível às instabilidades das commodities, o País tende a manter o crescimento pífito e a criar vagas mal remuneradas. “Não menos honrosos, os empregos de baixa qualificação têm salários condizentes com o que produzem”, diz Arbix. “Essa situação condena o Brasil a ser um País de renda média – e à profunda desigualdade.”

Apesar de parte dos fabricantes locais tentarem acompanhar a indústria 4.0, nem tudo depende da iniciativa privada. Como em várias outras frentes, faltam políticas de Estado que deem condições para a execução de estratégias. “Qual o sentido de colocar sensores, robôs e inteligência artificial na produção, se a internet ou a energia caem quando chove?”, afirma Cagnin. “Como é possível avançar em direção à sustentabilidade, se é preciso ligar um gerador movido a óleo com a ameaça de falta de energia?”

Nacionalização trava e indústria do País perde espaço na cadeia global

O Estado de S. Paulo

Com a falta de produtos importados, especialmente os da Ásia, a indústria brasileira viu a necessidade de nacionalizar parte dos itens que vêm de fora. Esse movimento, porém, encontra obstáculos num ambiente de incertezas econômicas e políticas e pelo fato de que produzir no Brasil é mais caro. Empresários cobram menos impostos e burocracia. O País perde importância na cadeia de produção global.

Preocupadas com o desabastecimento de componentes importados, como chips para carros, empresas procuram governo para a criação de uma política que reduza a dependência de produtos essenciais vindos do exterior, mas fabricantes hesitam em investir

A falta generalizada de produtos importados especialmente da Ásia levou a indústria brasileira ao consenso da necessidade de nacionalizar parte dos itens que vêm de fora. No entanto, esse movimento, que resultaria em desenvolvimento de tecnologias locais e empregos, encontra dificuldades em se concretizar em razão do cenário de incertezas econômicas e políticas e do fato de que produzir no Brasil é mais caro do que em vários outros países.

A escassez de produtos como máscaras e respiradores, que marcou o início da pandemia, depois se estendeu a semicondutores, insumos e autopeças e se agravou com o aumento dos preços desses itens e do frete, além da indisponibilidade de contêineres e de navios para entregas. Desde 2020, várias associações de classe criaram grupos envolvendo as cadeias produtivas e o governo para avaliar a criação de uma política de nacionalização de produtos essenciais ao País. Entre elas estão as indústrias automotiva, química, calçados e da construção. Ainda não há ações concretas. Entre elas está a da Thermoval, fabricante de válvulas para as áreas agrícola, automotiva, de energia, saneamento, mineração e alimentos e bebidas, entre outras. O diretor-geral, Rodolfo Garcia, diz que o aumento do custo do frete e do tempo de entrega levou o grupo a desistir de importar peças da China. “Antes o prazo máximo de entrega era de 90 dias e agora chega a 270 dias.” Garcia fez parceria com uma empresa brasileira para

a produção de 20% dos itens forjados e importa o restante. Em 2022, a empresa terá uma linha própria para o processo e fará 100% das peças em Cravinhos (SP), onde está sua sede.

O pesquisador da FGV/Ibre, Livio Ribeiro, afirma que houve um repique de substituição de produtos importados no fim de 2020 e início deste ano, mas não teve vida longa. “O Brasil é pouco competitivo para produzir qualquer coisa, e me parece pouco provável, com a estrutura de riscos que temos, que se retome um processo sustentado de nacionalização.”

Custos e riscos põem indústria na defensiva

O Estado de S. Paulo

Luiz Ribas Júnior, da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Calçados (Assintecal), avalia que, se o ambiente de negócios fosse mais favorável, é possível que estivessem em andamento ações mais coordenadas no setor para nacionalização de insumos.

Ele avalia que isso ocorrerá se, em até dois anos, os preços do frete e a dificuldade de transporte se mantiverem nos níveis atuais. Contratar um contêiner custa, em média, US\$ 10 mil, quatro vezes mais do que antes da pandemia. Ribas diz acreditar, contudo, que os custos devem baixar, mas não vão retornar aos preços anteriores.

O setor de componentes para calçados, com 2,4 mil empresas, importa basicamente insumos químicos como resinas de PVC, em sua maioria da China. A Assintecal e outras associações discutem com o governo medidas como a redução de tarifas de importação.

Ribas vê oportunidades para o Brasil exportar mais para a América do Sul. O País concorre com a China, mas com os custos altos e a demora nas entregas pode ser uma alternativa na região. Ao menos o tempo de entrega é menor. Além disso, o setor trabalha com alternativas sustentáveis ao insumo importado, como fibras da folha de abacaxi, poliamidas biodegradáveis e fios de garrafa PET reciclados.

Já há maior procura pelo produto nacional. Até agosto, as exportações para a região cresceram 44% ante igual período de 2020, para US\$ 65,4 milhões.

Segundo o vice-presidente de Economia do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-SP), Eduardo Zaidan, os poucos itens importados pelo setor, como esmalte para cerâmicas e dióxido de titânio para tintas, demoram mais a chegar, mas são de difícil nacionalização. Ele cita a cerâmica, que pode levar de 90 a 120 dias para ser entregue, quando o normal seria 30 dias. Há dificuldades também com louças, metais sanitários, vidros e madeira. “E os preços subiram uma barbaridade, assim como o dólar.”

Zaidan diz que os atrasos na entrega estão ligados também à desorganização do setor produtivo local. De 2017 a 2020, a indústria da construção viu seu PIB reduzir em um terço, impactando investimentos em capacidade produtiva. A demora na reforma tributária é outro problema. “Que empresário vai fazer investimentos sem saber quanto vai pagar de imposto quando maturar esse investimento?”

Empresas já reduzem a importação

Broadcast

Três anos após abrir uma unidade de usinagem de peças na Flórida (EUA), a fabricante de válvulas Thermoval decidiu, em março, fechar a filial, trazer os equipamentos para o Brasil e dar continuidade à operação na fábrica do grupo em Cravinhos (SP).

Quando instalou a célula produtiva nos EUA, o custo de produção era 30% inferior ao do Brasil. Hoje, está cerca de 40% acima, diz Rodolfo Garcia, diretor geral da empresa. O cálculo leva em conta a alta do dólar e dos salários dos empregados locais, assim como os custos com transporte das peças para o Brasil. “Vamos comprar mais equipamentos aqui, gerar empregos e ainda assim enfrentamos uma burocracia para trazer as máquinas para cá, que só vão chegar em outubro”, diz o executivo. Em 2020, quando respiradores estavam em falta no País logo após o início da pandemia, a Thermoval desenvolveu e produziu válvulas proporcionais (que regulam a vazão de ar eletronicamente) para o equipamento produzido por outras empresas.

A Leroy Merlin, rede varejista de materiais de construção com 45 lojas no País, tem 15% de seu faturamento, previsto em R\$ 8 bilhões este ano, com produtos importados diretamente de diversos países ou por meio de seus fornecedores. A ideia é que essa fatia caia para 5% a 7% em quatro anos, diz Ignacio Sánchez, presidente do grupo.

Além de ter de lidar menos com atrasos de navios e com a inflação de preços provocada pelo falta global de produtos, a localização de itens vendidos pela rede traz tecnologia e gera empregos no País, afirma Sánchez. “O Brasil deveria aproveitar este momento para favorecer os investimentos e produzir tudo o que for possível”, afirma o executivo. Ele defende incentivos para a nacionalização por meio de redução de impostos de máquinas e equipamentos para a produção. Por acordos feitos com fornecedores que importam produtos revendidos à rede, alguns já começaram a produzir itens no País. Cerâmicas que vinham da Itália, Espanha, Turquia e China agora são 100% adquiridas localmente e a parcela de pisos laminados nacionais cresceu.

Há 29 anos operando apenas como importadora de óleos para motores e lubrificantes para veículos, a Motul, com escritório em São Paulo, passou a receber os produtos da matriz francesa com atrasos de 60 a 90 dias em razão da falta de insumos químicos para a produção e da indisponibilidade de contêineres e navios para o transporte.

O longo efeito da pandemia na economia mundial

Broadcast

O crescimento esperado para a economia mundial neste ano, de 5,3%, será o maior em meio século e alguns países deverão alcançar ainda em 2021 o nível de produção que registravam antes da pandemia ou até superá-lo.

Este é o dado mais positivo do relatório anual da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Mas o crescimento deverá ter forte desaceleração em 2022, para 3,6%, por causa da retomada desigual em termos regionais e das incertezas que ainda cercam a economia mundial.

Países em desenvolvimento estão tendo mais dificuldades para se recuperar e enfrentarão problemas no ano que vem. O Brasil está entre eles: o crescimento previsto para o PIB em 2021, de 4,9%, é menor do que a média mundial; também no ano que vem o desempenho brasileiro, com expansão estimada em 1,8%, será inferior ao do resto do mundo.

O impacto nos países menos desenvolvidos é mais forte e será mais duradouro do que nos países ricos. As perdas dos países em desenvolvimento em relação ao que eles poderiam produzir caso não tivessem sido tão duramente atingidos pela covid-19 são estimadas pela Unctad em US\$ 12 trilhões entre 2020 e 2025.

Para o Brasil, a Unctad estima a perda em US\$ 240 bilhões no período. Poderia ter sido pior, caso a economia brasileira não tivesse mostrado, em 2020 – quando encolheu 4,1% –, maior resistência aos efeitos da crise sanitária do que a observada em outros países da região. Na América Latina e no Caribe, o PIB caiu 7,1% no ano passado. Para a região, a perda de renda entre 2020 e 2025 pode chegar a US\$ 619 bilhões, segundo a Unctad.

Problemas específicos do Brasil foram citados no relatório para explicar o desempenho econômico mais fraco do que o de países em desenvolvimento fora da América Latina. O relatório observa que fatores políticos internos levaram à desvalorização mais aguda do real do que de outras moedas de países em desenvolvimento. A crise hídrica também é lembrada, por seu impacto sobre os preços da energia. A efetiva recomposição da renda dos países em desenvolvimento, se não houver novos choques que retardem mais sua recuperação, só deverá ser alcançada no fim desta década. Segundo a Unctad, esta poderá ser a década de menor taxa de crescimento desde o final da 2.ª Guerra.

Bancos de investimento têm receita 70% maior

Broadcast

O ano de 2021 tem sido de muito trabalho – e de resultados gordos para os bancos de investimento. Após recordes de emissões de ações e operações de fusões e aquisições, as receitas das maiores instituições privadas da área – Itaú BBA, BTG Pactual,

Bank of America, Morgan Stanley e Bradesco BBI – subiram 70% este ano, até setembro. Somadas, as receitas dos cinco bancos bateram R\$ 3,3 bilhões em 2021 – e este será um ano a ser lembrado. Mas, como diz a formiga da fábula, o inverno sempre chega. O ambiente de negócios piorou nos últimos dias e deve seguir volátil, entre ruídos políticos e ameaças fiscais do governo. A turbulência já compromete operações, sobretudo as ligadas a ações. Na sexta-feira, a farmacêutica Althaia foi mais uma a suspender a abertura de capital. O fee pool (jargão da área para receitas com comissões) de renda fixa e distribuição cresceu 55% este ano até agora, para R\$ 3 bilhões. Um dos destaques foi o Itaú BBA, com expansão de 63%.

Após uma enxurrada de contratações nos últimos meses – o Bradesco BBI dobrou o número de funcionários, e o Itaú BBA contratou mais de 40 pessoas –, o diretor de um banco fala em três tendências nos próximos meses: renda fixa tende a ficar estável; aberturas de capital devem ser bem comprometidas, pois são mais sensíveis ao noticiário político; e as fusões e aquisições podem até crescer, pois as empresas estão capitalizadas. Com a expectativa de piora do cenário, a expansão do mercado no ano todo pode ficar em 40%. O levantamento da consultoria Dealogic inclui receitas com assessoria em captações no mercado de dívida externa.

Mercado de Certificados de Potencial Aquisição de Construção (Cepacs)

Broadcast

Após quase dois anos, a Prefeitura de São Paulo voltará a fazer um leilão de Certificados de Potencial Aquisição de Construção (Cepacs) dentro da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Será no dia 7 de outubro, quando serão ofertados 12,1 mil Cepacs pelo valor unitário de R\$ 17,6 mil, podendo movimentar um total de R\$ 213 milhões.

Os Cepacs são títulos que permitem às construtoras erguer prédios acima dos limites estabelecidos por lei em cada bairro. A oferta leva em conta a perspectiva de retomada da economia e o interesse de incorporadoras e investidores pela Faria Lima, centro financeiro da capital paulista. O saldo de Cepacs disponíveis na Operação Faria

Lima totaliza 321,8 mil títulos, segundo o edital. A oferta de só 12,1 mil atende a um memorando de entendimento firmado entre a Secretaria de Urbanismo e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que definiu que os próximos leilões devem ocorrer dentro de parâmetros conservadores.

O preço de R\$ 17,6 mil é igual ao valor de negociação fechado no último leilão, realizado em dezembro de 2019. Na ocasião, os títulos foram oferecidos por R\$ 6,5 mil, mas tiveram ágio de quase 170% e movimentaram R\$ 1,64 bilhão. Desde que a Operação foi criada, a prefeitura arrecadou R\$ 2,5 bilhões.

Expansão do Magazine Luiza

Broadcast

O Magazine Luiza chegou à marca de 100 mil lojistas virtuais. Além de comemorar a conquista, a empresa faz questão de destacar: “todos os nossos vendedores são legalizados e emitem nota”, diz Leandro Soares, diretor de marketplace da companhia. A observação é uma alfinetada em concorrentes que, na visão do Magalu, “não têm o mesmo comprometimento com o Brasil”. A cada cinco lojistas que tentam se cadastrar para vender pelo Magalu, um é descartado por não atender às exigências de legalidade. Os quatro restantes passam por mais peneiras. E, quando são descobertos anúncios de produtos ilegais ou falsificados, os lojistas são banidos. Em outras plataformas, os anúncios são derrubados, os vendedores advertidos, mas, em muitos casos, demoram a ser expulsos.

Fenseg prevê salto de 40% em venda de seguro agrícola

Broadcast

O crescente interesse de produtores em contratar um seguro agrícola leva a Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg) a elevar suas estimativas para 2021. Se inicialmente a Fenseg previa fechar o ano com valor cerca de 30% maior em apólices, repetindo o crescimento de 2020, agora a perspectiva é de 40%. De janeiro a junho, o montante já alcançou R\$ 2,06 bilhões, 38% acima de um ano antes. “Produtores veem outros agricultores com problemas e se animam a fazer seguro”, explica Joaquim Neto,

presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenseg. O salto é atribuído, além disso, à alta dos valores dos prêmios, cujo cálculo acompanha os preços de insumos e commodities agrícolas, que bateram recorde este ano.

A demanda para o milho de inverno, mais suscetível a secas e geadas, impulsionou os resultados, segundo Neto. O total de prêmios para a cultura em 2021, de R\$ 445,1 milhões, já superou os R\$ 316,8 milhões de 2020. O número de apólices também aumentou, de 33,1 mil para 34,4 mil, mas a área segurada (com subvenção), de 2,378 milhões de hectares, ainda não ultrapassou os 2,792 milhões do ano passado, conforme dados do Ministério da Agricultura.

O crescimento do mercado de seguro agrícola pode ser ainda mais expressivo, de 50%, se o Ministério da Economia aceitar remanejar de outras linhas R\$ 376 milhões adicionais para o programa de subvenção ao seguro rural (PSR), afirma Neto. Dos R\$ 924 milhões previstos para 2021, R\$ 890 milhões já foram consumidos. O Ministério da Agricultura encaminhou a proposta na semana passada à Economia. Há expectativa de uma resposta nos próximos dias.

Com o aval à suplementação e R\$ 1,3 bilhão em subvenção, seria possível chegar a quase 14 milhões de hectares cobertos neste ano, segundo Pedro Loyola, diretor de Gestão de Risco da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Até o momento, 8,6 milhões de hectares foram cobertos pelo PSR, abaixo dos 13,3 milhões de todo o ano passado.

Cliente prefere olho no olho quando vai fazer um investimento

O Estado de S. Paulo

Responsável pela circulação de R\$ 4 bilhões por mês nos 2.200 caixas de autoatendimento para sacar, depositar e pagar contas, instalados dentro de estabelecimentos de varejo em mais de 400 cidades, a Saque e Pague abriu uma nova frente de negócios. Inaugurou um espaço na avenida Faria Lima, em São Paulo, no coração financeiro do País. Ali, além do serviço tradicional, há atendentes da empresa e de bancos parceiros vendendo crédito e investimentos. A iniciativa parece ir na contramão da tendência de digitalização e do público-alvo da companhia, o de menor

renda. Givanildo Luz, CEO da empresa, argumenta que o contato físico ainda é importante. Quanto à localização, argumenta que precisa estar onde os bancos estão.

- **O que é a Saque Pague?**

Nascemos em 2014 como um rede de autoatendimento, fazendo a ponte entre lojista, consumidor e sistema financeiro. Pegamos o dinheiro que o lojista recebe e disponibilizamos os recursos para saque nos caixas de autoatendimento.

- **Onde estão localizados?**

Temos 2.200 caixas dentro de supermercados, postos de gasolina, farmácias em mais 400 de cidades. Quatro bilhões de reais por mês entram e saem dos nossos pontos de venda. Com a pandemia, a circulação de dinheiro cresceu 30%. Por mais que as pessoas tenham recebido o auxílio por uma conta digital, ainda preferem usar dinheiro físico.

- **Por que decidiram ir além dos postos de autoatendimento dentro de varejistas e abrir espaços físicos independentes?**

Porque acreditamos que o contato físico com o sistema financeiro ainda é importante, não é só o digital. O digital vem ganhando força, mas quando se fala em operações mais complexas, como crédito imobiliário o consultor é extremamente importante. É cultural. Os clientes preferem o olho no olho quando é para fazer um investimento. Só o digital não funciona para a grande maioria da população. Abrimos na Faria Lima o Espaço Multibancos. Ali eles podem vender crédito, e fazer a abertura de conta e investimentos. Acreditamos que bancos menores e digitais estarão conosco nesse modelo de expansão. Em 2022 vamos abrir de 15 a 20 espaços desses em outros estados, provavelmente no interior. Há 2.335 cidades sem agências bancárias. O potencial é grande.

- **Por que começaram por um ponto tão caro como a Faria Lima?**

Porque se esse projeto parar de pé lá, com todos os custos, será viável em qualquer outro lugar. Outro ponto é a imagem: precisamos estar onde a maioria dos parceiros estão.

BTG lança compra direta de criptomoeda

O Estado de S. Paulo

A abertura de capital da corretora de criptomoedas americana Coinbase, que estreou na Bolsa avaliada em cerca de R\$ 500 bilhões, foi o empurrão que faltava para a criação da criptoeconomia. E esse interesse do investidor pelo tema já chegou ao Brasil, com bancos se movimentando para oferecer a opção a seus clientes. Nessa corrida, o BTG Pactual vai sair na frente, com um anúncio a ser feito hoje.

O BTG Pactual será a primeira instituição financeira brasileira a oferecer aos seus clientes a possibilidade de investir diretamente em criptomoedas – hoje as únicas possibilidades são via fundos e ou por ETFs, que espelham os índices listados na Bolsa. Em meados de outubro, o BTG lançará a Mynt, plataforma desenvolvida internamente para dar acesso às moedas digitais de forma direta. Ela também será acoplada ao BTG Digital, plataforma de investimentos para o varejo do banco. De saída, os clientes poderão comprar bitcoins, a mais famosa das criptomoedas, e a ether. Mas a ideia é, aos poucos, aumentar o leque de moedas digitais, diz o sócio do BTG e um dos responsáveis por ativos digitais do banco, André Portilho. Segundo ele, o assunto vem sendo gestado desde 2017.

Portilho afirma que a ideia não é atrair os entusiastas da criptomoeda, mas oferecer a outros investidores a possibilidade desse investimento – e com a segurança de um banco. “Começamos a ser questionados pelos nossos clientes por esse investimento”, afirma. Na plataforma serão inseridos conteúdos sobre esse investimento, além de notícias sobre o tema.

A corretora XP também estuda lançar sua própria plataforma de negociação de criptomoedas, conforme apurou o Estadão. O projeto já é visto como indispensável para complementar a plataforma existente. Procurada, a XP não comentou.

Foxbit negocia captação com bancos

Broadcast

Depois da abertura de capital bilionária da Coinbase e da captação do Mercado Bitcoin, a Foxbit, outra empresa nacional de criptoativos, está em busca de um

investidor para ampliar sua operação, iniciada em 2014. As conversas começaram há cerca de 20 dias, conta o fundador e presidente da Foxbit, João Canhada. “Já sentamos para conversar com três bancos. Eles querem entrar na iniciativa, estão pensando como participarão desse mercado”, diz.

Segundo Canhada, quando a empresa foi criada, havia muita discriminação. Agora, o mercado que gira trilhões de dólares. “Hoje já é claro que essa é a próxima onda. Os bancos já testarem o apetite dos clientes, que querem esse produto, então agora estão aprendendo como entrar nesse universo.” Depois que estiver capitalizada, a Foxbit já tem seu plano estratégico traçado. A intenção é ampliar o ecossistema de investimentos para que seus clientes possam investir em outros ativos – os tradicionais, nesse caso, como ações e renda fixa.

A ideia é que o investidor que vendeu bitcoins – e que pode ter feito muito dinheiro – não precise sair da plataforma para diversificar suas aplicações. Inicialmente, a Foxbit deve fechar uma parceria com uma corretora – e depois, avaliando os resultados, pensará se valerá a pena ser sua própria corretora de valores mobiliários.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.